



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, na Casa dos Conselhos Augusto Ângelo Zanatta, situada a Avenida Koeller, 260 - Centro - Petrópolis - RJ, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação - COMED, com a presença dos seguintes representantes: da Secretaria de Educação: Marcia Cristina Ribeiro Lopes, Carla Clavery Barbosa Cleffs, Gelza dos Santos Gatera, Maria Fernanda Secco de Almeida e Silva; do Poder Executivo: Maria da Penha Rodrigues de Veras; Representação de Classe: Frederico Fadini, Flávia Serpa, Rosimar Silveira Pinto, Claudete Neves Bernardo; Instituição de Ensino Superior: Ricardo Tammela, Elisabeth Gonçalves de Souza; dos Docentes: Tatiana Mattos Csicsay; do Legislativo Municipal: Leandro Azevedo; da Academia Petropolitana de Educação: Jelcy Rodrigues Corrêa Júnior; do representante dos alunos: Rafaela Elisiário e demais participantes Teresa Freitas, Rosângela Stumpf, Patrícia S. G. Leite, Naila Pinheiro Bastos Resende e representantes dos pais e responsáveis das seguintes escolas: Escola Municipal Abelardo de Lamare; escola Municipal Prefeito Jamil Sabrá; Escola São José do Caetitu; Escola Municipal Dom Pedro de Alcântara; Escola Municipal Felix Wan Erven de Barros; Escola Municipalizada Sebastião Lacerda e Escola Municipal Arnaldo Dyckerhoff. A reunião teve início pelo presidente às quatorze horas e dez minutos que pergunta à assembleia quem são os demais participantes. O conselheiro Leandro toma a palavra e informa que trata-se de pais e responsáveis por alunos matriculados em escolas da rede municipal que serão fechadas ou que sofrerão modificações no seu atendimento. O conselheiro Leandro diz ainda tem visitado várias comunidades, sobretudo as que estão representadas na reunião e tem assistido a angústia dos pais com as possíveis modificações. O conselheiro Leandro justifica a ausência da Conselheira Gilda Beatriz e informa que ouviu do próprio Secretário que as escolas de 1º ao 5º ano seriam de Tempo Integral. Informa que entrou junto ao Ministério Público, individualmente e coletivamente contra as mudanças. O Presidente retoma a reunião lembrando que já havia sido acordado que não seria feita a leitura da ata da reunião anterior, visto que a mesma foi encaminhada por e-mail aos conselheiros. Pergunta se algum conselheiro se manifestou ao que é respondido que não. No entanto, como existem muitos visitantes, a leitura foi realizada para conhecimento de todos os presentes. Ao final da leitura, a mesma foi aprovada por todos. Em seguida, a conselheira Rose solicita que o Conselho cobre do Secretário de Educação a falta de professores nas escolas, pois os mesmos estão abandonando as turmas depois das modificações no pagamento do ETJ. Com isso, o cumprimento dos dias letivos ficaria prejudicado. Solicita que o Conselho oficie a Secretaria de Educação quanto à reposição das aulas e consecutivo cumprimento do calendário. Questiona ainda que a Secretaria



publicou uma Comissão de Acompanhamento do PAR, sem o conhecimento do COMED. O presidente informa que não houve manifestação do gabinete do prefeito nem da assessoria de comunicação da Câmara sobre os ofícios encaminhados. Diz que os mesmos foram oficializados na sexta-feira passada e que infelizmente os mesmos haviam “vazados” nas redes sociais. A conselheira Rosimar solicita que seja incluída na pauta de assuntos do COMED a questão do RHET. Solicita que o COMED cobre da Secretaria quanto à reposição dos dias letivos referentes à paralisação. A conselheira Tatiana toma a palavra e explica que participou da reunião de matrículas e que estão sendo observadas as demandas de vagas, para que não sejam abertas turmas com poucos alunos matriculados. Enquanto diretora ressalta que está havendo esse respeito quanto às vagas. Informa que Tempo integral não é Mais Educação. Que serão oficinas a serem estabelecidas com monitores. Que está sendo construído um projeto a respeito. Neste momento solicita a palavra a Sra. Maria Celeste dos Santos Diniz, mãe de aluno da Escola Municipal Abelardo de Lamare e representante dos produtores rurais do Caxambu relata que os alunos de lá têm muita dificuldade com relação a estrada e o transporte. Acrescenta que as crianças do bairro terão que sair da localidade para estudar e que quanto mais perto eles estiverem melhor. Informa que o Secretário solicitou duas reuniões com os produtores e o mesmo não compareceu. Que os produtores não estão fornecendo os gêneros de hortifruti e que os produtos estão estragando. A Sra. Maria Celeste afirma que não quer o fim do segundo segmento. O presidente do Conselho pergunta se isto já está decidido ao que a Sra. Maria Celeste afirma que sim. A Sra. Naila que representa a Escola São José do Caetitu diz que o número de alunos caiu muito em função da transferência da Unidade para outro local. Lamenta quando diz que o bairro já perdeu muita coisa. Pergunta se será alugada uma casa para que a escola volte para o bairro. Se não houver essa possibilidade pergunta se as crianças terão transporte. Diz que percebe que há uma intenção do Secretário de acabar inclusive com os convênios. A conselheira Rosimar diz que nunca viu tamanho desrespeito ao COMED como nesse governo. Muda tudo sem passar por esse conselho e que não há preocupação com o aluno. Sugere que o Secretário seja convocado na próxima reunião para explicar o que pretender e só tomar decisões depois da avaliação do COMED. Além disso, nenhuma escola seja fechada sem a apresentação no Conselho. Quanto a implementação do tempo integral, qual será utilizado e que a secretaria informe ao CAE – Conselho de Alimentação Escolar. Sr. Marcio, pai de aluno matriculado na Escola Municipal Felix Wan Erven de Barros manifesta seu descontentamento com o fechamento da escola devido à demanda da região. A secretaria de educação informou aos pais que as crianças seriam transferidas para a Escola Municipal Hildebrando de Carvalho e que a escola passaria por uma obra. Que em 2018, os alunos não ficariam ali. Um responsável da Escola Municipal D. Pedro de Alcântara questiona o Tempo



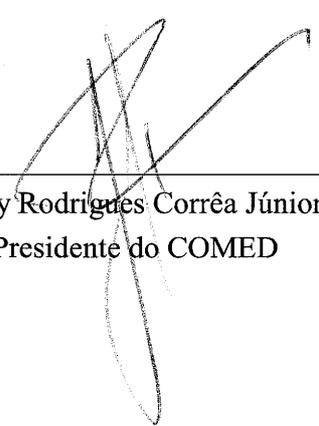
Integral e o Programa Mais Educação. Rosimar retoma a palavra e informa que o município tem uma carência de 1.077 professores. Ricardo diz estar previsto nas atribuições do Conselho a abertura e encerramento de escolas da rede privada ou pública e que as escolas estão sendo fechadas, sem o conhecimento do Conselho. Que este está sendo desrespeitado. Que entende as dificuldades financeiras, mas que não se pode continuar com esse discurso economicista. Declara que, a seu ver, não adianta encaminhar ofício ao Secretário pedindo esclarecimentos. Sugere que o COMED convoque uma audiência pública para que sejam explicadas as ações da Secretaria sem o conhecimento do Conselho e que o que se está falando de tempo integral é apenas uma extensão da carga horária. A conselheira Rafaela toma a palavra e discorre acerca das atribuições do COMED e o quanto este órgão está sendo desrespeitado. Entende que tanto o Sr. Prefeito quanto o Sr. Secretário precisam estar presentes nas reuniões para prestar os esclarecimentos necessários. Entende que a escola de Tempo Integral precisa ter qualidade. Pergunta se com o projeto de Educação Integral não terá aumento de professores e como serão contratados. Por concurso ou por indicação? Defende que cada comunidade tenha a sua escola e que esta atenda as peculiaridades de cada região. Encerra dizendo que este governo é elitista e antipopular. Que não há espaço para quem é pobre e mora em comunidade. O que podemos fazer é manifestação popular. A conselheira Rosimar diz que com a última mudança no PCCS foi aprovado dois pisos diferentes para o exercício da mesma função. O conselheiro Fadini, representante do Sinpro relata que o professor trabalha para garantir uma melhor qualidade de vida. Que os governos são incapazes de produzir uma política de educação séria, a curto, médio e longo prazo. Que se preocupa com as contratações. Fala sobre a reforma trabalhista que veio para desvalorizar o trabalhador. Manifesta sua indignação e que o departamento jurídico do Sinpro vai estar atento a essas contratações. A Sra. Naila retoma a palavra e diz que com a redução de alunos na escola, a diretora terá que trabalhar sozinha. A conselheira Maria Fernanda explica que o documento de porte está em estudo para determinar o número de profissionais por escola. A conselheira Rosimar faz esclarecimentos sobre o referido documento de porte. Que este não foi trazido ao Conselho e que tem que ter o mínimo de pessoal para que a escola possa funcionar. Que este documento está pronto há muito tempo, há mais de seis meses, porém, não evoluiu. O presidente, prof. Jelcy, informa que o Conselho pode solicitá-lo por representação política e que devemos fazê-lo. Pergunta a conselheira Rosimar se este documento tem aprovação do SEPE, ao que é respondido que não. A Sra. Naila pergunta se o Conselho pode solicitar este documento para apreciação. A conselheira Rosimar denuncia que os alunos da Escola Municipal Félix Wan-Erven de Barros foram transferidos à revelia dos pais. Que receberam uma Declaração de Transferência com a observação de que se não fizesse a matrícula em outra escola, perderia a vaga. Que, quanto á Escola Municipal D.



Pedro de Alcântara, localizada na serra, a secretaria impôs a transferência dos alunos do segundo segmento e que ouviu falar que ia fechar até o primeiro segmento. A Sra. Maria Aparecida Vieira é mãe de aluno da escola supracitada e moradora da localidade. Informa que é a única escola da região e solicita a manutenção do segundo segmento. A conselheira Rosimar dá informes sobre o CAE afirmando que o projeto de Educação Integral não tem nenhum planejamento da alimentação escolar. Jelcy faz uma breve explanação sobre o PNAE e diz que muito do que foi tratado não tem como ser resolvido pelo COMED e que o colegiado só pode fazer encaminhamentos. Boa parte dessas questões deveriam ser tratadas nos Conselhos Escolares e questiona aos pais presentes e se não participaram deste Conselho. O conselheiro Leandro diz que não entende as prerrogativas do Conselho, no caso da Posse, as escolas locais têm que se preparar para atender os moradores do condomínio lá instalado. Que todas as escolas que vão fechar ou sofrer alguma alteração no seu atendimento devem ter seus processos requisitados pelo Conselho para que este possa se manifestar e cobrar do governo. As escolas que sofreram modificações foram: Escola Municipal Abelardo de Lamare, escola Municipal Prefeito Jamil Sabrá, Escola São José do Caetitu, Escola Municipal D. Pedro de Alcântara, Escola Municipal Felix Wan-Erwen de Barros, Escola Municipalizada Sebastião Lacerda e Escola Municipal Arnaldo Dyckerhoff. A Sra. Rosângela Stumpf diz que não entende que o Conselho não tem o que fazer. Que as competências do Conselho são regimentais e que este colegiado deveria marcar sua posição. A conselheira Rosimar informa que já entrou com uma representação no Ministério Público, quanto a essa questão do fechamento de escolas e que este processo seja interrompido imediatamente. O Presidente do Conselho, prof. Jelcy ressalta que está sendo informado de tais modificações agora. O conselheiro Ricardo se mostra bastante preocupado com o período em que as coisas estão acontecendo, há um mês do encerramento do ano letivo. Informa que nunca participou, neste Conselho, de uma reunião onde a comunidade se apropriasse em resolver os problemas e que esta participação deve ser contínua, mesmo após a resolução dos problemas. Pensa que os pais devem se organizar enquanto uma associação e trabalhar em cima de uma pauta concreta. Diz que o Conselho tem suas limitações e que nem tudo se resolve na justiça, pois a mesma é lenta. Nada substitui a mobilização. Rafaela propõe um encaminhamento: uma Audiência Pública para a próxima reunião do conselho e que nesta audiência o Conselho receberia os processos de fechamento de escolas e de mudança de segmento. Professor Jelcy coloca a proposta da audiência pública em apreciação. A conselheira Rosimar considera que no dia 12 de dezembro não adianta mais, que deveria ser no máximo, na próxima semana propondo o dia 21/12, à noite e sugere alguns locais. Diz que cabe ao poder público dar as condições de funcionamento como local e som. Prof. Jelcy informa que as escolas estaduais estão disponíveis.



Conselheiro Ricardo informa que poderia ser realizada na Câmara, mas que para isso precisaria de um prazo de dez dias. A conselheira Rosimar insiste em afirmar que o processo tem que parar. A conselheira Rafaela diz que o encaminhamento está se perdendo e o conselheiro Ricardo diz que o COMED deve recorrer ao Ministério Público para interromper o processo, pois está contrariando a lei e considera que deveria ser no dia 28/11 na Câmara. A proposta foi apreciada pela plenária e aprovada. Ficou acordado ainda que no dia 21/11 acontecerá uma reunião na sede do SEPE para prestar assessoria à Comissão de pais. Ficou acordado ainda a produção de ofício à Câmara solicitando o espaço. A conselheira Maria Fernanda pediu a palavra para fazer uma comunicação da Câmara de Educação Básica que se reuniu para avaliar o processo da Creche Piuí Ltda., que emitiu parecer favorável à autorização de funcionamento. Colocada em votação o parecer foi aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes, concedendo assim, a autorização de funcionamentos à Creche Piuí Ltda. A conselheira Rafaela, representante dos alunos informa sobre o congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, que acontecerá em Goiânia e solicita a contribuição de quem puder ajudar. O conselheiro Ricardo sugere convidar o Ministério Público para participar da Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.



Jelcy Rodrigues Corrêa Júnior
Presidente do COMED

Lucia Helena Nogueira Gomes
Vice-Presidente COMED

Sergio Gonçalves da Cunha
Secretário – Geral COMED